

Fundamentação teórica e experiência da “pobreza” institucional

The theoretical framework and experience of institutional “being poor”¹

Wen TIEJUN*

Dong XIAODAN**

Yang DIANCHUANG***

Resumo: Simultaneamente adotando e descartando teorias do desenvolvimento com elementos eurocentristas, este trabalho tenta inovar a teoria da pobreza da economia institucional propondo a hipótese da assimetria de custos e benefícios na estrutura institucional. Revisa e analisa um entendimento histórico comum: que a transferência de custos é a causa intrínseca da pobreza dos países subdesenvolvidos durante diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo. Este texto é parte de uma reflexão maior. Em outro artigo, analisamos a experiência e o mecanismo intrínseco através do qual a China evita “[...] a armadilha do desenvolvimento [...]” que aprisiona países em desenvolvimento de um modo geral.

Palavras-chave: Pobreza institucional, lógica histórica, acumulação primitiva, transferência de custo

Abstract: While inheriting and discarding development theories with Euro-centrist elements, this paper endeavors to innovate the theory of being poor in institutional economics by proposing the hypothesis of the asymmetry of cost and benefit in the institutional structure. It reviews and analyses a common historical understanding: that cost-transferring is the intrinsic institutional cause of underdeveloped nations being poor during different stages in the development of capitalism. (Part Two will analyze the experience and intrinsic mechanism through which China avoids the ‘developmental pitfall’ entrapping developing countries in general.)

Keywords: institutional being poor, the logic of history, primitive accumulation, cost-transfer

Recebido em 03/05/2011. Aprovado em 08/06/2011

¹ Texto traduzido do chinês para o inglês por Erebus Wong e do inglês para o português por Sandlei Moraes.

* Instituto de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Renmin, Beijing, China.

** Instituto de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Renmin, Beijing, China.

*** Instituto de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Renmin, Beijing, China.

1 Introdução

A Economia da Pobreza é uma das áreas que mais requer esforços por parte dos economistas. Ela também é um empreendimento teórico muito enfatizado por líderes chineses após o lançamento da estratégia de criação de uma sociedade “[...] moderadamente próspera em todos os aspectos”².

A característica estrutural básica da pobreza global é a “[...] lei dos 20/80 [...]”, mantida pela ordem político-econômica internacional oriunda da mesma.

Em primeiro lugar, a disparidade entre a riqueza de países desenvolvidos e subdesenvolvidos segue uma proporção de 20/80. Oitenta por cento (80%) do PIB global são controlados pelas nações desenvolvidas com uma população total de um (1) bilhão. Os restantes 20% são divididos entre os

outros cinco (5) bilhões que vivem em países subdesenvolvidos. O coeficiente de Gini global é de 0,67, pior que qualquer desigualdade existente dentro um único país. Em segundo lugar, em países em desenvolvimento, sob as consequências da colonização, investidores estrangeiros ficam com a parte do leão (80%); enquanto isso, dentro desses países, a população mais rica (20%) desfruta de 80% da renda proveniente de ativos. Fica claro que a estrutura global dos “fortes cada vez mais fortes e os fracos cada vez mais fracos” tem sido reforçada pela transição institucional a partir de um determinado arranjo e suas consequências desde que a humanidade começou a caminhar em direção a uma civilização capitalista (veja o gráfico).

O Gráfico 1 ilustra o contraste per capita em diferentes faixas de renda. A parte superior representa a renda per capita da população mais rica. A fina linha na parte inferior do gráfico representa os mais pobres. O gráfico 2 mostra uma distribuição geográfica de diferentes coortes de renda. Os 20% mais ricos, em sua maioria, oriundos de países de alta renda da OECD, e os 20% mais pobres, em sua maioria, do Leste da Ásia e de regiões do Pacífico, América Latina e África subsaariana. O gráfico da direita representa o peso da população e o PIB em diferentes categorias nacionais de nível de renda.

² Numa coletiva de imprensa durante a Terceira Conferência do 10º Congresso Nacional do Povo, o Premier Wen Jiao Bao fez declarações tais como: “nós precisamos entender a Economia da Pobreza” e “entenda a agricultura, então você entenderá a Economia da Pobreza”. Isso ecoou pela China com veemência e causou preocupação em outros países. As declarações foram apresentadas e altamente valorizadas na mídia, como no *Lianhe Zaobao*, de Cingapura, e o *Die Welt*, da Alemanha. A Economia da Pobreza é considerada a construção teórica mais preocupante depois que os líderes chineses promulgaram a estratégia de construir “uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos”.

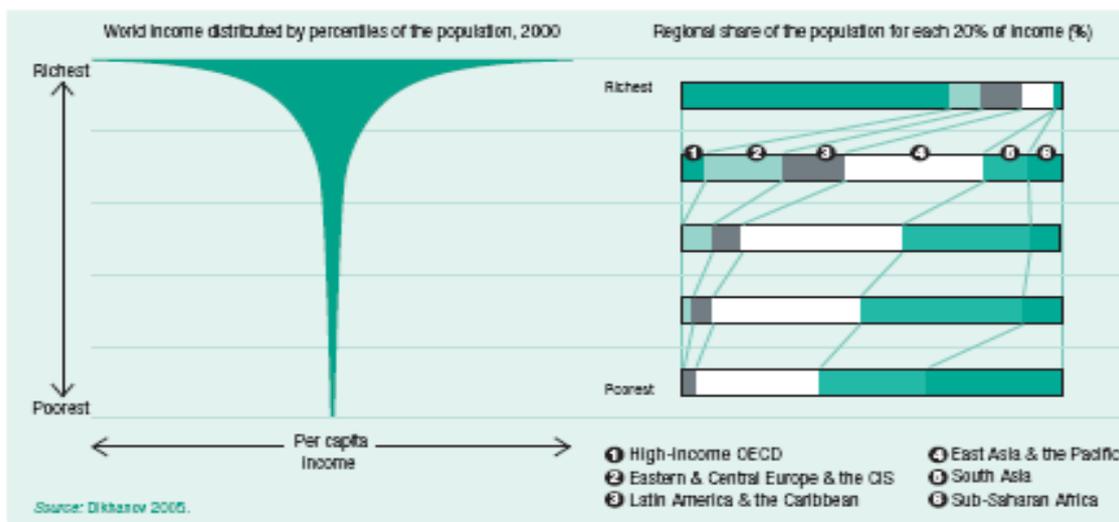


Gráfico 1. Distribuição da renda mundial por percentis da população em 2000. Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 da ONU.

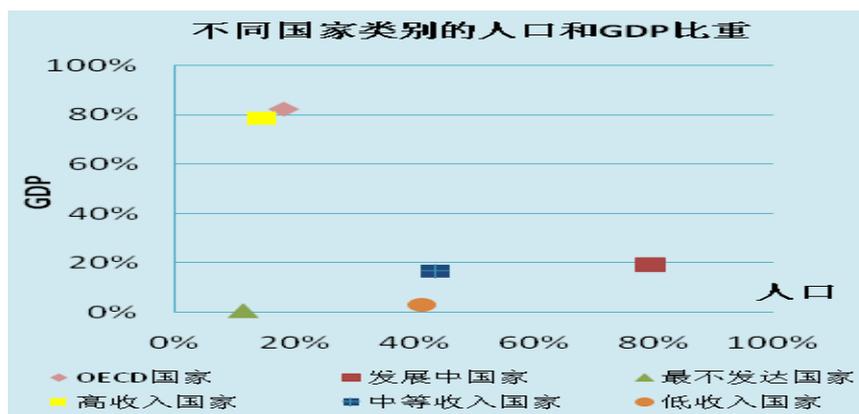


Gráfico 2. Distribuição geográfica de diferentes cortes de renda. Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 da ONU.

Olhando mais de perto, vemos que *pobreza* em países em desenvolvimento (assim como o próprio termo *países em desenvolvimento*) não é inerente à história da humanidade. A pobreza só pode ser consequência do empobrecimento. Portanto, de acordo com os requisitos materialistas históricos de congruência de pontos de partida lógicos e históricos, estudar como países em desenvolvimento geralmente “[...] se tornam pobres

[...]” e as condições de limitação causadas por essa pobreza tem mais valor científico do que o círculo vicioso que vai da pobreza a pobreza.

Como a pobreza é essencialmente a privação de direitos e oportunidades, que são ambos determinados intrinsecamente por uma específica estrutura institucional, precisamos investigar a formação e evolução dessa estrutura institucional que empobrece

países em desenvolvimento em geral³.

2. Conceitos básicos: Instituição, Ganhos Institucionais e Custo Institucional

Em termos de extensão do conceito de *instituição*, o velho institucionalismo, a nova economia institucional e a economia institucional marxista estão todos em harmonia. Todos enfatizam a restrição da instituição e a relativa estabilidade das regras, definindo instituição como nada além de regras e restrições que limitam e normatizam as ações individuais (YUAN, 2005).

As teorias marxistas clássicas salientam as características de classe da instituição, afirmando que instituição é um conjunto de regras e restrições estabelecido pelos indivíduos, blocos e classes dominantes através do poder do regime estatal, no qual a transição institucional é apoiada. Daniel

Bromley também acredita que eficiência, custo e ganhos são todos determinados dentro de uma estrutura institucional. “Não importa de que maneira ela seja definida, a eficiência sempre depende da estrutura institucional. A estrutura institucional dá sentido aos custos e ganhos e determina sua taxa de incidência”. A instituição econômica determina a relação da distribuição e molda as restrições orçamentárias de acordo com diferentes sujeitos na economia. Com relação à força de mercado, ela é uma pré-condição ainda mais encoberta.

A respeito das funções da instituição, as principais perspectivas dos economistas neo-institucionalistas incluem: 1) Coase (1992) diz que baixar os custos de transação é uma importante função da instituição; 2) Demsetz (1967) sugere que a instituição pode ajudar as pessoas formando uma expectativa racional e provendo com o mecanismo de compensação para a internalização das externalidades; 3) Douglass North (1994) resume em “[...] taxa pessoal de retorno se aproximando da taxa social de retorno [...]” e “[...] para estabelecer uma estrutura estável de interação interpessoal e diminuir a incerteza [...]”; 4) Justin Yifu Lin sugere que a instituição tem *função de segurança* e *função econômica*, em que esta inclui a internalização de externalidades e a economia de escala produzida através de ações coletivas, e aquela a segurança contra riscos e desastres; 5) Schulz lista as cinco funções da instituição: facilitar, baixar

³ A definição original de pobreza é limitada à renda e garantia da subsistência básica. Nos últimos anos, ela vem se expandindo e incluindo aspectos como oportunidades e direitos. Por exemplo, o Nobel em Economia (1998), Prof. Amartya Sen, define pobreza como a privação das capacidades, em vez de baixa renda (SEM, 1992). O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas sugere que a pobreza seja de fato a exclusão de oportunidades básicas e o direito de escolher o que é indispensável ao desenvolvimento humano. Essas oportunidades e direitos são exatamente o que leva as pessoas a viver uma vida longa, saudável e criativa e a desfrutar de uma vida digna, com liberdade e autoestima.

custos de transação, fornecer informação, dividir riscos e fornecer bens comuns (serviços).

A nova economia institucional define e analisa a eficiência, os custos e os ganhos da instituição pelas funções institucionais. Os custos institucionais incluem principalmente aqueles como a definição, projeto e organização durante a transformação institucional, assim como as taxas para organizar, manter e implementar operações institucionais. “Os Ganhos Institucionais” significam o grau de encorajamento ou restrição ao homo economicus através da baixa dos custos de transação, da diminuição das externalidades e incertezas por meio das instituições (YUAN, 2005). Entretanto, esta é de fato uma abordagem um tanto estática de transição institucional, custos e ganhos.

Neste estudo, estamos mais preocupados com a distribuição dos chamados ganhos institucionais e custo institucional.

Oportunamente, cabe perguntar: durante o desenvolvimento econômico das sociedades humanas, com a capitalização de recursos como seu conteúdo principal, como o retorno de valor agregado é distribuído? E, mais ainda, o *retorno negativo* (negative feedback) gerado no processo é dividido? ⁴ Estes são problemas

⁴ A Teoria da Relatividade sugere que quando uma força aumenta em potência, ela também causaria um “retorno (feedback) negativo” para suprimir a

centrais da pobreza institucional. Através de certos arranjos institucionais, certos sujeitos podem partilhar mais os ganhos durante a transição institucional, enquanto os outros sustentam os custos. Se os custos e ganhos institucionais estão em simetria com uma estrutura institucional, então as taxas de retorno de diferentes sujeitos econômicos irão convergir com a taxa média social de retorno. Caso contrário, existe uma assimetria na distribuição dos ganhos e custos institucionais, ou transferência de custos, onde os ganhos institucionais são concentrados em direção a alguns sujeitos, enquanto os custos institucionais são transferidos para outros na direção oposta.

Aparentemente, trata-se de um fenômeno bem conhecido: por que sempre há tamanha disparidade entre ganhos e custos? (Wen, 2009, p. 6).

3. Hipótese e inovação

As explicações sobre o desequilíbrio intrínseco do desenvolvimento global são abundantes. Entre elas, a Teoria do Sistema-Mundo ⁵, representada por

tendência de aumento. Suas implicações são muito mais abrangentes que o conceito de “custo”; de um modo geral, elas incluem vários custos implícitos e explícitos, além custos futuros implícitos e explícitos, por exemplo, o irreversível consumo das reservas de recursos da Terra, destruição ambiental, conflitos sociais etc.

⁵ O principal objetivo da teoria de Immanuel Wallerstein é o sistema mundial do capitalismo moderno que surgiu no

Immanuel Wallerstein, e a Teoria da Dependência⁶ de Samir Amin, são as mais bem elaboradas. Ambas afirmam que a troca desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos no estágio do capitalismo industrial é uma continuação do processo histórico da pilhagem colonial feita pelos países

século XVI na Europa. A teoria inclui a economia mundial capitalista, o sistema interestadual e a geocultura. Ele sugere que já que a humanidade se move para o que Marx chama de *civilização capitalista*, quase todas as raças são gradualmente incorporadas pelos países centrais num sistema econômico mundial que forma a estrutura “[...] centro – semiperiferia – periferia [...]”. Através de uma troca desigual, o superávit na semiperiferia e periferia era transferido para o centro. Nesse processo, os países centrais tornaram-se cada vez mais poderosos, enquanto que as nações periféricas enfraqueceram (WALLERSTEIN, 2004). Achamos que o conceito de *semiperiferia* revela as várias camadas do cenário político-econômico e, portanto, é mais esclarecedor em termos de realidade.

⁶ A Teoria da Dependência, conforme representada por Samir Amin, sugere que a estrutura *centro-periferia* do sistema capitalista mundial é uma estrutura de *dominação-dependência*. A periferia na economia mundial é meramente fornecedora de matéria-prima e produtos primários. As indústrias nacionais dependem enormemente dos países ocidentais industriais desenvolvidos. A estratégia de substituição de importações fracassou devido a barreiras tarifárias dos países desenvolvidos e a obstáculos impostos pelos conservadores nacionais. Consequentemente, suas políticas e economia são dependentes das potências estrangeiras. Com relação ao *descolamento*, ele é uma análise feita por Amin do sucesso da industrialização da China com base na teoria.

centrais no processo de acumulação primitiva de capital. Wallerstein diz que o capitalismo na economia do mundo capitalista significa uma incessante acumulação de capital e monopólio, enquanto que a economia mundial consiste de uma divisão axial do trabalho em centro (monopólio) e periferia (competição). A incessante e imprudente busca por acumulação de capital e monopólio faz com que as atividades centrais mudem o tempo todo, levando à crise cíclica do capitalismo, ou seja, à redução dos lucros. Amin afirma que dentro dessa estrutura, o desenvolvimento na periferia só pode ser “[...] um desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Praticamente não há esperança para um cenário de capitalismo maduro e autônomo na periferia.

Arrighi (1994) acredita que desde a década de 1970, principalmente depois da liberação financeira da década de 1980, o mecanismo polar do desenvolvimento mundial revela principalmente a mudança do ciclo de acumulação de expansão material para expansão financeira no mundo capitalista. Com relação ao derretimento financeiro de Wall Street em 2008, Arrighi sugeriria ser uma crise da hegemonia mundial originada na contradição interna e uma mudança na história da hegemonia mundial.

Nessa área, pesquisadores chineses contribuíram significativamente com conotações mais realistas. Por exemplo, Wang Jian analisou a desindustrialização em países

desenvolvidos, o mecanismo de lucro do capital financeiro e a hegemonia mundial (WANG, 2008). Wang Xiaoqiang apresenta as relações internas entre a bolha do mercado de capitais dos EUA e o crescimento econômico chinês baseado em exportação (WANG, 2008b). Fang Ning et al. (1999) descrevem os três estágios do desenvolvimento capitalista e seus respectivos mecanismos de lucro. Todos esses estudos nos ajudam a entender os mecanismos essenciais à economia mundial.

Com base nas pesquisas chinesas e internacionais, este estudo sistematicamente revisa a transição institucional do sistema capitalista e a armadilha da *pobreza institucional* causada pela assimetria dos custos e ganhos entre os países dominantes e os outros. Concordamos com a perspectiva de que desde os primórdios da acumulação primitiva capitalista, uma instituição tomou forma com mecanismos intrínsecos, com os quais os países centrais (na época, países europeus) partilharam os ganhos e transferiram os custos para nações periféricas. Daremos um passo além, para apresentar as seguintes inovações teóricas:

Em primeiro lugar, essa instituição que se formou, persistiu na acumulação primitiva e que protege os crescentes ganhos institucionais dos países centrais, tem um impacto de “[...] dependência inata da trajetória [...]” sobre transição institucional subsequente. Em segundo lugar, nos

três estágios do desenvolvimento capitalista (a acumulação primitiva inicial, a expansão do capital industrial no estágio intermediário e a recente globalização do capital financeiro), a transferência de custos tem persistido e se aprofundado, conseqüentemente agravando a polarização entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Chegamos então à conclusão lógica de que: a séria disparidade nos custos e ganhos institucionais entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas é a causa institucional inata do empobrecimento dos países em desenvolvimento e do constante enfraquecimento das coortes menos privilegiadas.

4. Pesquisa empírica: o aumento da assimetria dos custos-ganhos no desenvolvimento capitalista e o empobrecimento dos países em desenvolvimento

Dividimos o processo histórico da civilização capitalista em três estágios: a colonização inicial que facilitava a acumulação primitiva de capital, a expansão do capital industrial justamente com a transferência de contradições no estágio intermediário e a recente globalização do capital financeiro.

Capitalismo Inicial: expansão colonial global como base na acumulação primitiva de capital

Há geralmente um consenso de que o capitalismo moderno marcou seu nascimento do século XV, quando Colombo *descobriu* o novo continente e Vasco da Gama chegou à Índia. Entretanto, poucos mencionam estes dois seguintes fatores que estão intimamente entrelaçados.

O primeiro é que o motivo essencial por trás da expansão colonial foi o déficit comercial de longo prazo da Europa com a China. Desde que sua população atingiu 100 milhões de habitantes durante as dinastias Song e Ming, a indústria e o comércio chineses, que eram dependentes das áreas rurais e compatíveis com a economia doméstica camponesa, cresceram substancialmente. A exportação de seda, porcelana e chá, que utilizava as rotas de exploração marítimas, cresceu continuamente, tornando-se uma importante causa da Crise da Prata na Europa (juntamente com as subsequentes longas guerras e desordem social). Somente no período entre as metades dos séculos XVI e XVII, a entrada de prata na China alcançou cerca de 7.000 a 10.000 toneladas. Isso queria dizer que a China possuía de um quarto a um terço de toda a prata produzida no mundo⁷. De acordo com estudos realizados por pesquisadores europeus, até a metade do século XIX, antes da invasão pelo Ocidente, o PIB

da China chegava a um terço do PIB mundial. Se a longa escassez de metais preciosos como moeda é considerada a causa, então a expansão marítima conhecida como *grande descoberta geográfica* é o resultado do recurso à violência por parte do mundo ocidental, alimentado pela civilização romana, sob um longo período de déficit que não podia ser resolvido internamente.

Com relação ao segundo fator, o regime estatal e o capital, duas entidades da sociedade humana, foram conjugados diretamente no estágio de acumulação primitiva, ou seja, no processo criminoso de violência contra seres humanos. Como as cidades-estados feudais não possuíam superávit suficiente para cobrir os enormes custos com a exploração marítima, as primeiras expedições foram patrocinadas por monarquias de jovens estados-nações. Isso foi ilustrado numa carta escrita por Colombo logo após o descobrimento do continente americano, em março de 1493:

Se eu for apoiado por nossos mais invencíveis soberanos, com um pouco de sua ajuda, tanto ouro quanto precisam pode ser fornecido, de fato, o mesmo tanto de especiarias, algodão, mástique (que só é encontrado em Quios), madeira de aloé e de escravos para a Marinha também pode ser fornecido, conforme Suas Majestades desejem solicitar⁸.

⁷ De 1300 a 1450, a produção de ouro e prata na Europa diminuiu gradualmente. Ao mesmo tempo, gigantescos déficits comerciais com o Oriente esgotaram seu ouro e prata, levando a uma séria escassez de metais preciosos. (Andre G. Frank, *ReOrient: The Global Economy In The Asian Age.*)

⁸ Disponível em:
<<http://usm.maine.edu/~maps/columbus/t>

O que foi mencionado na carta, junto com o que aconteceu em seguida, nada mais foi do que aquilo que se tem conhecimento sobre a história: a correlação entre o “[...] primeiro balde de ouro [...]” e o sangrento triângulo do comércio de escravos do capitalismo ocidental. Os europeus pilharam os nativos na África “[...] por um baixo custo [...]”, que foram vendidos às colônias da América como escravos. A economia de escala foi então possibilitada pela mineração de prata e ouro e pela subsequente agricultura. Os *retornos de escala* foram tomados e enviados aos suseranos europeus. Então, os colonizadores usaram a riqueza obtida para participar do comércio global e competir pela hegemonia mundial.

As nações que participaram da expansão marítima colonial inicial eram aquelas com estreitas faixas territoriais e limitados recursos de terra no noroeste europeu, ao longo da costa do Atlântico, como Espanha e Portugal e mais tarde Holanda e Inglaterra, que eram frequentemente denegridos como bárbaros na Europa⁹.

ranslation.html>.

⁹ Alguns estudiosos ocidentais acreditam que na idade média, os agiotes venezianos apoiados no comércio e pirataria marítima emigraram para a Inglaterra e fomaram um bloco de interesse, que, por sua vez, criou um cenário no teatro dos anglo-saxões, o qual se sobressaiu em geopolítica, instigando conflitos entre as canções europeias. Os bretões aproveitaram a oportunidade de expandir seu poder e território.

O que aconteceu depois disso foram o surgimento e a unificação dos despóticos impérios austríaco e alemão no continente europeu e a inevitável divisão de rumos depois dessa ascensão – a expansão colonial.

Naturalmente, a discussão sobre a instituição política da civilização capitalista não pode desprezar a Paz de Westphalia, de 1648, que como lei internacional construiu o contexto básico do mundo moderno. Ela permanece como um marco institucional da legitimação de crimes nacionais no estágio da acumulação primitiva do capitalismo no Ocidente. Nos países centrais europeus, o tratado confirmou a soberania e fronteira ilimitadas dos estados-nações. O Estado-nação, no sentido moderno, tomou forma e tornou-se o primeiro agente das políticas internacionais. Com relação às regiões como a África e a América, que ainda viriam a adotar o modelo europeu ou ainda estavam no processo de formação de nações, o tratado ditava as formas de conquista, ocupação e colonização. Subsequentemente, depois da abertura por meio de guerras, forçou-se o dumping do ópio e commodities nas nações semicolonizadas, como a Índia e a China, que não podiam ser totalmente submetidas à opressão colonial. No processo histórico da acumulação primitiva capitalista, os crimes nacionais – que escandalosamente surgiram como consideráveis benefícios de fornecimento e aplicação institucionais – ganharam legitimidade internacional e induziram à função de dependência

da trajetória na transição institucional subsequente.

Stavrianos (1999, p. 390) ressalta que o “[...] mundo de 1763 é mais rico que aquele de 1500, e o crescimento econômico têm continuado até os dias de hoje. Mas desde o princípio, a Europa ocidental, como o empresário do mundo, recebeu a maioria dos benefícios à custa das demais regiões”.

O preço foi que a maioria das regiões e populações do mundo tornou-se uma oferta de sacrifício no altar de um punhado de potências europeias. Os indígenas americanos estavam à beira da extinção; milhões de negros africanos foram escravizados nos campos americanos; as estruturas socioeconômicas ecologicamente diversas foram gradualmente corroídas e alteradas; a estrutura econômica colonial unitária continua *doando sangue* para outros países.

O primeiro e importante ganho institucional foi, naturalmente, facilitar a finalização da acumulação primitiva de capital em nações industrialmente avançadas. Somente com base na expansão colonial em larga escala, apoiada pela a *norma legal* em sintonia com os interesses do Ocidente, foi possível a transição institucional nesses países do noroeste europeu. As inovações tecnológicas consideradas “[...] a aurora do capitalismo contemporâneo [...]” tornaram-se viáveis e a crise tornou-se uma oportunidade. A crise da prata produzida por um enorme déficit levou à pilhagem em outros

continentes. E, assim, a Europa rapidamente agarrou a hegemonia global.

O segundo ganho institucional importante foi a *civilização política* muito valorizada pelas gerações posteriores. Juntamente com a expansão colonial, veio um imenso fluxo de riquezas e um imenso êxodo da população europeia mais pobre (incluindo os desempregados e criminosos criados pela recessão, assim como os aristocratas decadentes – os *desprivilegiados* – em comparação com a nova classe burguesa) em direção às colônias. Esses movimentos possibilitaram a gradual diminuição de conflitos sociais como aqueles entre a aristocracia burguesa e a aristocracia feudal, assim como conflitos entre os capitalistas e os trabalhadores. A conhecida “*mesa redonda*” dentro do país podia ser realizada de maneira civilizada¹⁰.

¹⁰ Quando o fator do fluxo de mão-de-obra no mercado é enfatizado, raramente nota-se que a população trabalhadora na Europa da época passou por uma “transformação estrutural”. De um lado, a população marginalizada na Europa foi transferida em massa para as Américas e Oceania. Por outro, os habitantes locais da Ásia e África foram escravizados na Europa e colônias. A última ascensão dos EUA também dependeu dos imigrantes como principal força de trabalho para o capital industrial (ver: Stanley L. Engerman & Robert Gallman ed., *The Cambridge Economic History of the United States Volume 1 & 2*). Na metade da década de 1820, somente há registros de 145 mil imigrantes vindos da Europa. Mas por volta da metade da década de 1850, esse número tinha

Numa carta a Marx e Engels (1858), narrava-se

[...] o fato de que o proletariado inglês está realmente ficando cada vez mais burguês, de modo que o objetivo final dessa mais burguesa das nações seria a posse, juntamente com a burguesia, de uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. No caso de uma nação que explora o mundo inteiro, isso é, certamente, compreensível até certo ponto.

Por certo, dentre as primeiras nações industrializadas, o Reino Unido não somente possuía a mais notável quantidade de terras coloniais e de população, como também exportava o maior número de emigrantes. De 1871 a 1900, o tamanho do território do grande império britânico aumentou em 4,25 milhões de milhas quadradas e a população aumentou em 66 milhões. Aproximadamente um terço da população do Reino Unido e quase a metade da relativamente árida região montanhosa escocesa já havia emigrado para outras regiões do Império Britânico, lugares “onde o sol nunca se põe”. Essa foi a “justificativa” mencionada na carta de Engels. A

atingido cerca de 2,6 milhões. De 1900 a 1910, o número chegou a 9 milhões (cerca de 60 vezes aquele de um século atrás). Em 1668, o número de imigrantes concentrados na estreita faixa ao longo do Atlântico chegava a 300 mil; em tempos de revolução, a população da colônia britânica não era menor que 2 milhões (ver: Stavrianos – *A Global History: From Prehistory to the 21st Century.*)

colonização havia aumentado o tamanho do território da França em 3,5 milhões e a população em 26 milhões; da Rússia na Ásia foram 5 milhões e 6,5 milhões; da Alemanha 500 mil e 8,5 milhões, respectivamente.

Entretanto, esses atos criminosos contra a humanidade por parte do Estado – na fase de acumulação primitiva de capital no Ocidente e que não tiveram origem na chamada “revolução tecnológica” ou foram beneficiados pelo chamado “avanço institucional” – foram subestimados, mascarados ou simplesmente negligenciados em várias exposições feitas pela ciência social contemporânea.

Devemos tentar entender, da melhor maneira possível, as principais escolas estimuladas e então alienadas pela industrialização inicial no ocidente, ou seja, a economia política marxista e o liberalismo econômico representado por Adam Smith:

Primeiramente, a economia política marxista nasceu como forte opositora da contradição capital-trabalho. Entretanto, o motivo para que ela se traduzisse num real movimento trabalhista foi que a expansão em grande escala do capital industrial em direção às colônias implicou a alocação básica passar por transformações estruturais; o trabalho industrial em relação ao capital industrial tornou-se um elemento cada vez mais escasso, o que permitiu que o trabalho ficasse em melhor posição para negociação e tivesse condições mais significativas de sucesso nessa

luta. As revoltas não subsidiadas do movimento trabalhista precisavam urgentemente de uma teoria fácil de ser entendida. O marxismo foi então simplificado como uma ferramenta ideológica que facilitava a mobilização do trabalhador. Diversos movimentos sociais envolvidos pela pequena burguesia naquela época foram pouco a pouco traindo os ideais dos pensadores do marxismo clássico. Marx ficou tão irritado que disse, “Eu semeiei dentes de dragão, mas colhi pulgas”. E, referindo-se aos diferentes incidentes e grupos, Engels repetiu o comentário de Marx: “se isso é marxismo, então eu não sou marxista”¹¹.

Em segundo lugar, no estágio do capitalismo industrial, o *liberalismo econômico* tinha tomado o lugar do *mercantilismo* como a ideologia predominante no Ocidente. Ele refletia o fato de que naquela época, os capitalistas industriais que ainda estavam limitados pela *centralização* da indústria precisavam lutar contra o poder do império e contra aqueles aristocratas que também estavam *centralizados*. Essa demanda de interesses, que foi de fato um avanço para a Europa daquela época, marcou o começo de uma genealogia de várias

formas de desenvolvimentismo. Em sua essência, esse desenvolvimentismo permanece eurocêntrico e considera o capitalismo como estimulador da produtividade *humana*, mas, em maior ou menor nível, ele negligencia sua pré-condição de crimes *anti-humanos*, como a pilhagem e o massacre colonial.

Se os países em desenvolvimento tomarem os países desenvolvidos como meta e modelo, eles precisam ponderar sobre a viabilidade de se *duplicar* o caminho do desenvolvimento desses países desenvolvidos. Devido à dependência da trajetória da transição institucional, os países desenvolvidos precisam realizar uma intensificação do mecanismo de crescimento externalizando o custo institucional. Os países em desenvolvimento perceberão que é muito mais difícil diminuir esse mecanismo de disparidade – que dirá revertê-lo!

Portanto, como seu ponto de partida lógico não é seu ponto de partida histórico, o desenvolvimentismo ocidental não implica a cientificamente justificável verificabilidade repetível. Assim, como diretriz para os países em desenvolvimento, ele causará o efeito exatamente contrário. A generalização acima também sustenta o ponto de vista de economistas chineses como Justin Yifu Lin, de acordo com o qual a economia ocidental não se aplica à experiência de desenvolvimento da China.

Estágio intermediário do Capitalismo:

¹¹ De acordo com Engels, a respeito dos alunos franceses que consideravam o *materialismo* como uma fórmula e aqueles materialistas franceses que se opunham ao materialismo histórico, Marx disse: “[...] tudo que sei é que não sou Marxista” (ENGELS, 1890). Embora o governo chinês incentive uma fundamentação teórica do marxismo, devemos, hoje em dia, ser cuidadosos com uma tendência similar.

exacerbação da contradição na fase de expansão do capital industrial e da transferência da indústria.

Após a acumulação primitiva ser completada, ela deveria se mover para o estágio de expansão estrutural do capital industrial. No mesmo período na Europa (região central do capitalismo), a competição foi agravada sob a condição de isomorfismo industrial. Basicamente, ela foi o resultado de contradições internas conduzidas pela dependência da trajetória formada no estágio anterior de acumulação primitiva.

Entre as nações centrais europeias, as guerras aconteciam incessantemente no processo de acumulação primitiva para contestar direitos comerciais, colônias, mercados e recursos industriais. À medida que isso continuou até o início do século XX, as potências europeias no estágio de expansão de capital se amontoaram naquele continente em forma de península. Uma expansão praticamente simultânea sob o isomorfismo industrial levou à superprodução e competição exacerbada. Esses países ainda recorreram à guerra de uma maneira dependente da trajetória (path-dependent). As chamadas colônias foram forçadas a se envolver. As guerras no passado eram frequentes, mas limitadas a conflitos entre cidades-estados e países. Mas, na era contemporânea, elas evoluíram para duas grandes guerras mundiais que arrasaram todos os seres humanos. A Primeira Guerra Mundial foi

basicamente limitada às potências ocidentais, ainda uma continuação das guerras europeias anteriores. Mas a Segunda Guerra Mundial envolveu 2 bilhões de pessoas de todo o mundo, causando 55 milhões de baixas, sendo metade delas civis.

Os dados seguintes devem ser entendidos como um conhecimento básico da história. Essas duas guerras travadas na Europa, sob o pano de fundo da cruel competição entre nações, foram os evidentes e extremos métodos de crimes nacionais, depois da primeira transferência de crise (através das guerras coloniais além-mar), como uma forma direta de atos criminosos realizados por países no estágio inicial do capitalismo.

Podemos, então, fazer a sensata pergunta: por que o mundo não repete o mesmo caminho tomado depois da Primeira Guerra Mundial? Sessenta anos depois da Segunda Guerra Mundial, a Terceira Guerra Mundial, que já foi o assunto mais preocupante do mundo, ainda não aconteceu. Depois da Primeira Guerra, os países ocidentais desfrutaram de um curto período de crescimento. O que seguiu esse período foi uma grande recessão e outra guerra mundial. Após o fim da reconstrução pós-guerra, na década de 1960, os países ocidentais passaram por um período de desordem social disseminada, crise de crenças e até mesmo guerras urbanas. Entretanto, em pouco tempo, na década de 1970, o Ocidente tomou o rumo da chamada *segunda modernização*¹². As contradições

¹² A *segunda modernização* é um termo

internas no centro capitalista foram aliviadas.

Reconhecidamente, as pessoas estavam cientes da enorme destruição ocorrida durante as duas guerras mundiais. Por um lado, a danosa competição capitalista devido à superprodução havia sido resolvida; por outro, a guerra levou a uma acentuada queda na população jovem e produtiva. A escassez de mão-de-obra impulsionou o início do movimento trabalhista pós-guerra e do movimento socialista. À mercê de vários fatores, as condições de trabalho nas nações capitalistas melhoraram significativamente; os conflitos entre trabalhador e empregador foram relativamente suavizados.

No entanto, gostaríamos de oferecer duas respostas alternativas para o problema:

Por um lado, na busca pela industrialização para se tornar um país desenvolvido, as nações em desenvolvimento começaram com os custos institucionais em sua respectiva “[...] transição de modernização [...]”. Atualmente, há 193 Estados soberanos

proposto pelo estudioso chinês He Chuan-Qi, em 1999. Ele refere-se à transição da idade industrial para a idade do conhecimento, da economia industrial para a economia do conhecimento, da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, da civilização industrial para a civilização do conhecimento. (Ver: Ho Chuan-Qi, *The Second Modernization: the revelation of civilization process*. Beijing: Higher Education Press, 1999).

independentes no mundo, dos quais 128, em sua maioria países do terceiro mundo, foram estabelecidos depois da Segunda Guerra. A própria soberania desses estados-nações recém-independentes deve-se à busca por modernização. Na prática, eles se tornaram o “novo continente” para absorver o excesso de capital e produtividade das nações desenvolvidas¹³. Como efeito, isso gerou um ajuste estrutural no centro capitalista e uma segunda externalização da crise. Em 1950, o investimento dos EUA em países em desenvolvimento chegava a 51,7% de todo o investimento norte-americano no exterior. Em 1960, a proporção era de 39,4%. Os investimentos oriundos da Europa Ocidental cresceram drasticamente na década de 1960, sendo a distribuição a mesma da dos EUA¹⁴. Durante o período de 1960 a 1980, a exportação de capital do Ocidente chegou a US\$ 550 bilhões. Na primeira metade de década de 1950, 90% dos investimentos no Terceiro

¹³ Fang Ning chama esse processo de “a Segunda Grande Descoberta Geográfica”. Veja seu *“The Second Great Geographical Discovery: the origin of new colonization”* em Fang Ning, Wang Xiao Dong e Song Qiang eds., *China’s Path Under the Shadow of Globalization*, Beijing: China Social Science Press, 1999, p. 245-62.

¹⁴ Isso tinha a ver com a mudança na geopolítica. Após o fim da reconstrução pós-guerra, na década de 1960, os países da Europa Ocidental estavam ansiosos pela liberdade da dominação hegemônica dos EUA e para estabelecer relações diplomáticas com as nações em desenvolvimento. A França foi o primeiro país ocidental a restaurar relações diplomáticas com a China (1965).

Mundo eram estrangeiros. Na década de 1960, a proporção era de 80%¹⁵.

Por outro lado, deve-se notar que: as transferências industriais de países desenvolvidos para as nações em desenvolvimento foram, de fato, restritas e por escalão. As primeiras a serem transferidas foram aquelas de trabalho-intensivo, de recursos intensivos e de poluentes com produtividade excessiva. Como essas indústrias retrógradas causavam contradições entre trabalhadores e empregadores e conflitos sociais mais sérios, sua transferência para o exterior diminuiu a tensão entre trabalhador e empregador e as contradições internacionais correlacionadas com o estágio de *centralização* do capital industrial no Ocidente¹⁶.

¹⁵ The South Commission, *The Challenge to the South: The Report of the South Commission*, USA Oxford University Press, 1990. Em 2008, quando o pânico econômico atinge os países centrais novamente, a receita dada pelos economistas não foi diferente daquela de 50 anos atrás. Por exemplo, o economista Americano Jeffrey Sachs, que havia receitado “Terapia de Choque” para a economia soviética, disse que “as regiões pobres do mundo precisam ser vistas como oportunidades de investimento, não como ameaças ou lugares para serem ignorados” (Jeffrey Sachs, “A Sustainable Recovery”. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/sachs147>>.)

¹⁶ Os EUA na era do capital industrial já estiveram sob influência fascista, tendo os maiores casos de derramamento de sangue de trabalhadores entre as nações industrializadas. Só em 1934, houve 1856

Entretanto, as nações em desenvolvimento que receberam a transferência de contradições no estágio de expansão do capital industrial desfrutaram de poucos ganhos institucionais. Isso se deve ao fato de que na maioria das nações em desenvolvimento, nascidas da descolonização que receberam, a indústria unitária e barata descobriu ser impossível formar uma estrutura industrial completa e alcançar a soberania econômica. Além disso, quando as nações em desenvolvimento beneficiárias desobedeciam à estratégia geopolítica imposta por seus benfeitores (geralmente seus antigos suseranos) ou quando seu valor estratégico diminuía, o país benfeitor reduzia ou até mesmo cancelava os investimentos. Isso levou não somente à interrupção brusca da industrialização na nação beneficiária, mas também, inevitavelmente, à efervescência política e até mesmo à desordem social, já que a superestrutura estabelecida de acordo com as solicitações do suserano durante o período de ajuda tornou-se insustentável. A *reação* da base econômica contra a superestrutura manipulada pelos blocos de interesse, da qual o suserano se beneficiava, era expressa de modo complexo. O que

casos de greve. Mais de 2500 empresas contrataram capangas para sabotar as greves (dados do Sindicato de Liberdade Civil Americana). Em um caso com trabalhadores da indústria automobilística, a Guarda Nacional atirou em 27 pessoas. Veja Wang Wen, “*The US almost went Fascist*” (Os EUA quase viraram fascistas) no *The Global Times*, 2009-4-8, p. 13.

seguia isso tudo era a intervenção direta ou indireta do suserano – originalmente, o causador do desastre – e então o irreversível aprisionamento na chamada “armadilha do desenvolvimento”.

Devido a esses dois importantes aspectos de transformação, parte daqueles governos que originalmente serviam como meios diretos de crimes nacionais tornou-se sentinela da “democracia” e do “bem-estar social” no processo de aquisição dos ganhos institucionais mencionados acima. Ao mesmo tempo, a tecnologia militar e a inovação dos equipamentos da Grande Guerra foram internamente transformadas para uso civil, elevando a estrutura industrial do Ocidente a um modelo intensivo de capital/tecnologia, enquanto realizava uma troca desigual com as indústrias baratas do Terceiro Mundo.

Assim, ao fim da transferência da indústria, os países centrais não somente desfrutavam de ganhos dobrados da transição institucional, ou seja, do aprimoramento da estrutura industrial e do superávit de capital, como também transferiam as contradições do estágio de capital industrial para os países em desenvolvimento.

Essa é a razão intrínseca pela qual a humanidade está bem longe da Terceira Guerra Mundial, que basicamente seria uma extrema expressão da acumulação de retorno (feedback) negativo da competição nociva durante o estágio de expansão do capital industrial.

Na metade do estágio do capitalismo, com exceção da China que se “descolou” histórica e acidentalmente, a maioria das nações em desenvolvimento que dependiam de investimentos dos ex-suseranos para prosperar economicamente falhou em criar um modelo para alcançar a acumulação primitiva de capital e se libertar da dependência econômica. Esse também foi o pano de fundo do surgimento da teoria da dependência.

Capitalismo Tardio: A Globalização do Capital Financeiro e da Economia Simbólica e seu Mecanismo de Polarização

O capital financeiro, com o poder estatal como sua base de crédito, tomou forma no final do século XVII devido à demanda por guerras por meio das quais os grupos de interesse mercantil e as monarquias europeias obtinham enormes lucros. Ele virou parte da distribuição de lucros da circulação de capital industrial e estava intimamente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo. Nesses últimos trezentos anos, testemunhamos periódicos casos de crise financeira como a Tulipomania na era da hegemonia holandesa no século XVII e a Bolha dos Mares do Sul no início do século XVIII, depois da ascensão da hegemonia britânica. No entanto, foi somente no final da Segunda Guerra, particularmente depois da desintegração do Sistema Bretton Woods, que o capital financeiro deu um salto adiante para

impulsionar um extraordinário crescimento a longo prazo do retorno de capitais, simbolizado através da *globalização das finanças*. Quem ficou com a parte do leão desses ganhos institucionais foram os EUA, um país central que busca a hegemonia e domina a globalização do capital financeiro.

A Segunda Guerra levou a uma mudança no centro do capitalismo. Os EUA, no lugar da Europa Ocidental, vêm dominando a ordem político-econômica no Ocidente. Além do seu insubstituível domínio político unipolar, a eles foi atribuído o Sistema Bretton Woods, estabelecido em 1944. Como os EUA possuíam 59% das reservas de ouro e sustentavam a responsabilidade por investimentos na reconstrução pós-guerra da Europa e Japão, o dólar tornou-se a moeda de negociações no Ocidente. O fator-chave foi a taxa de câmbio do dólar fixada ao ouro. Na prática, os EUA se tornaram o *banco central* das nações capitalistas do mundo. O dólar desfruta do status de “monopólio total”, acabando com a guerra de moedas causada pela expansão do capital financeiro no período de crise econômica de 1929 a 1933 (um tanto parecida com as guerras desencadeadas pela competição agravada em razão do isomorfismo industrial no estágio do capital industrial). No período de restauração pós-guerra, os EUA se tornaram o principal investidor do Ocidente e, portanto, desfrutavam da expansão do capital financeiro orientada pelo dólar e separada do capital industrial.

Na década de 1960, como a produção foi retomada e o comércio cresceu, as reservas de divisas em vários países ocidentais aumentaram drasticamente. Além disso, a demanda comercial dentro da Europa fez com que o *euro dólar* ficasse difícil de voltar para os EUA. Isso levou ao aumento astronômico do suprimento de dólares americanos para satisfazer a demanda de liquidez e reservas. Subsequentemente, a rigidez na oferta de ouro necessariamente levou ao déficit do dólar. Como resultado do conflito interno entre dois blocos de interesse do sistema capitalista – os EUA e a Europa –, o presidente americano Nixon unilateralmente renunciou ao padrão ouro-dólar. No momento da integração ao Sistema Bretton Woods, as reservas de ouro dos EUA (\$ 10,21 bilhões) representavam apenas 15,05% do seu passivo externo líquido total. Após um breve choque no mercado financeiro, as outras nações, visando evitar a depreciação de suas reservas em dólar, tiveram que conceder o título de moeda mundial ao “dólar simbólico”, que apesar de desvinculado do ouro, tem sido cada vez mais correlacionado a uma situação especial de crédito apoiada na hegemonia militar.

Isso demonstra, mais uma vez, a intrínseca dependência da trajetória vinculada a antigos interesses estabelecidos durante a transição institucional. Livre da taxa de câmbio fixada ao ouro, a oferta do dólar pôde decolar vertiginosamente. E os déficits, o consumo por endividamento e as

bolhas financeiras vêm correndo desenfreadamente. Para encurtar os ciclos de crise, os capitalistas financeiros têm colocado muita ênfase na globalização de capitais financeiros para resguardar seu método de obter lucro. Isso também é prova da irreversibilidade e parasitismo inerente ao capital financeiro. Seu principal meio de obter lucro já não é mais a participação na circulação do capital industrial. Em vez disso, o capital financeiro vem sendo gradualmente separado do capital industrial e tornando-se o bloco de interesse ‘central’.

Simon Johnson, professor na Escola Sloan de Administração do MIT e economista-chefe do FMI entre 2007 e 2008, destaca que

[...] de 1973 a 1985, o setor financeiro nunca obteve mais que 16 por cento dos lucros corporativos internos. Em 1986, esse valor alcançou os 19 por cento. Na década de 1990, ele oscilava entre 21 e 30 por cento – mais alto que no período pós-guerra. Nesta década, ele chegou aos 41 por cento. Os altos lucros impulsionaram a aliança entre capital financeiro e direito governamental. E os interesses comerciais da elite – financistas, no caso dos EUA – desempenharam um papel central na criação da crise, fazendo apostas cada vez mais altas, com o apoio implícito do governo, até a chegada do inevitável colapso (JOHNSON, 2009).

A guerra entre as grandes potências

pelos lucros do capital industrial no estágio intermediário do capitalismo, agora na era avançada, evoluiu para uma guerra dos EUA como superpotência para defender o dólar e brigar pelos enormes lucros gerados durante a globalização do capital financeiro.

Vejamos dois casos típicos.

Caso 1: O *Petrodólar*, em outubro de 1973, irrompeu a quarta guerra no Oriente Médio. O preço do petróleo triplicou num curtíssimo espaço de tempo. Superficialmente, as riquezas foram transferidas das principais nações ocidentais industrializadas para os países exportadores de petróleo. No entanto, os EUA e a OPEP chegaram a um acordo “inflexível”, ou seja, os EUA aceitariam os termos da OPEP desde que o dólar fosse a única moeda de cotação e comercialização do petróleo. Consequentemente, durante as décadas de 1970 e 80, os países exportadores de petróleo depositaram uma quantia gigantesca de *petrodólares* nos principais bancos dos EUA e Europa, levando a enxurrada de liquidez no mercado de câmbio europeu. Então, foram oferecidos empréstimos aos países latino-americanos como México, Brasil e Argentina (conhecidos como empréstimos MBA), na maior parte das vezes, por intermédio de bancos americanos. A enxurrada de liquidez global foi desencadeada com um incessante fluxo de empréstimos com juros baixos para projetos de investimento, sem estudos básicos de

viabilidade. Assim, a contraditória política monetária dos EUA atraiu os países latino-americanos para uma crise de crédito. Os países MBA (México, Brasil e Argentina) foram os primeiros a declarar a incapacidade de pagamento. O que seguiu foi um colapso da taxa de câmbio, fuga de capital, falência governamental e uma desastrosa queda na economia. Então, surge o programa de reestruturação político-econômica da trindade Governo dos EUA – FMI – Banco Mundial. Os países em crise não tinham escolha senão aceitar a “reconstrução” da sua vital indústria por parte dos países credores para conseguir uma prorrogação do prazo de pagamento, um novo empréstimo ou uma isenção da dívida. A circulação do dólar não adquiriu apenas os recursos de petróleo do Oriente Médio, mas também a economia da América Latina.

Desde 2002, um novo ciclo de alta no preço do petróleo tornou sua exportação o item mais lucrativo em termos de superávit comercial. Em 2005, o superávit comercial dos países exportadores de petróleo alcançou a marca dos 400 bilhões de dólares americanos, duas vezes o superávit comercial de todos os países da Ásia juntos. Muitos países consideravam a movimentação do seu petrodólar um segredo de estado. No entanto, os investimentos nos EUA, principalmente no bônus do tesouro norte-americano, ainda eram muito importantes. Eles definitivamente possibilitariam o ressurgimento e saída de um ciclo vicioso de crise

financeira causado pela emissão excessiva de dólares e sua transferência para o capital industrial e países exportadores de recursos, como visto no ciclo anterior.

O mecanismo de globalização financeira dá-se mediante “[...] uma circulação de papel para papel [...]”; um mecanismo de dolarização, ou seja, *adquirir* o capital industrial (usando o dólar para comprar recursos e produtos pelo capital industrial) e então usar derivativos do dólar para converter em dinheiro o dólar pago. As aquisições incluem patrimônio líquido e reservas de divisas.

Caso 2: A *dolarização* do crescimento econômico em países em desenvolvimento. Após a década de 1980, devido à alta de preços de fatores de produção em países desenvolvidos, a indústria manufatura (ou partes dela) foi transferida para vários países recém-industrializados e voltados à exportação, como os Quatro Pequenos Dragões e os Quatro Pequenos Tigres, assim alcançando um rápido crescimento econômico. Isso inevitavelmente levou a enormes déficits na balança de pagamentos cotada em dólar de países desenvolvidos. A maior parte da renda em dólar dos países de desenvolvimento retornava para as nações desenvolvidas, o que impulsionava um aumento do superávit da conta de capital. No mesmo período, os países Ocidentais dominantes começaram a pressionar por liberação financeira e securitização e deram um passo adiante para

afrouxar a regulamentação financeira desde a década de 1990. O consumo econômico foi impulsionado pela estimulação da necessidade dos seus títulos e derivativos nos mercados de capital nacionais e no exterior, assim criando um efeito riqueza. Uma função ainda mais importante foi absorver de volta os capitais estrangeiros para sustentar o consumo nacional através de empréstimos e aquisições feitas por corporações transacionais.

Na verdade, a dolarização faz com que países em desenvolvimento forneçam praticamente *almoço grátis* para os países desenvolvidos. Como as oportunidades de investimento em países desenvolvidos são limitadas, com exceção daquelas indústrias estratégicas com acesso restrito, o investimento estrangeiro restringe-se aos mercados de títulos e derivativos. Isso significa que os países em desenvolvimento exportam recursos e produtos somente em troca de uma promissória que os EUA não têm intenção de pagar. Além disso, os países em desenvolvimento ficam localizados na parte inferior da

parábola sorridente no cenário da divisão do trabalho da indústria internacional. Portanto, os custos desse *almoço grátis* são bem altos. Em primeiro lugar, numa condição hipercompetitiva, o crescimento econômico impulsionado pela produção e exportação dos países em desenvolvimento é baseado na subcotação (ou mesmo cotação negativa) dos recursos nacionais, meio ambiente e bem-estar do trabalhador; em segundo lugar, a oposição de classes entre a minoritária classe compradora e a majoritária classe trabalhadora causa grandes conflitos sociais; em terceiro lugar, o crescimento econômico de países em desenvolvimento depende demais dos mercados de consumo nos países desenvolvidos. Será que esse preço é muito maior, se comparado ao truque de “[...] tirar o couro do boi duas vezes [...]” na análise de monopólio financeiro de Lenin? (LENIN, 1916, Cap. 9).

A relação presente nos casos supracitados pode ser revelada pelo seguinte diagrama:

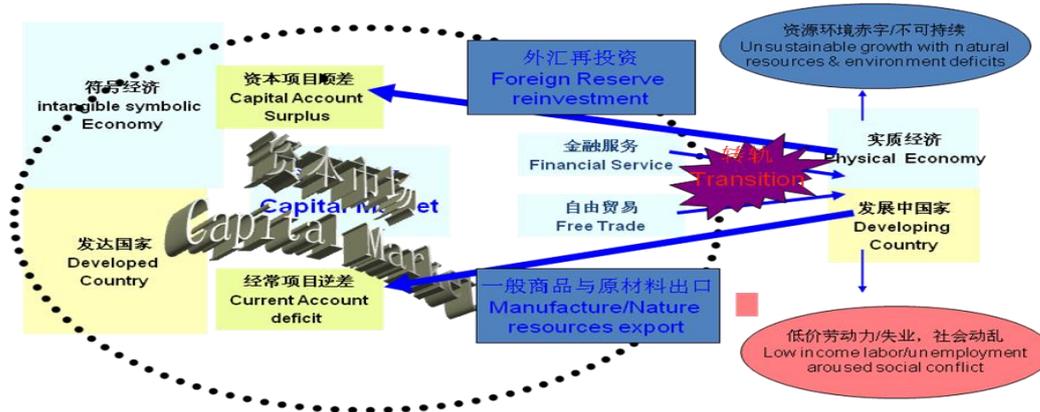


Diagrama: A relação econômica entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

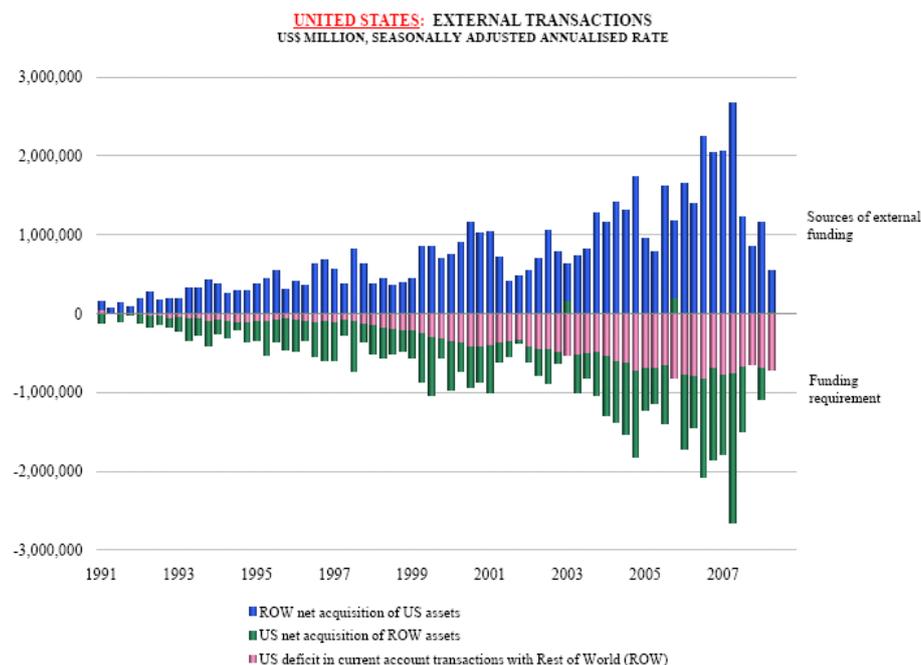
O coração da questão, marcado no meio do gráfico acima, é a transição que os países centrais precisam impulsionar nos serviços financeiros e livre comércio dos países em desenvolvimento. Se a hegemonia militar liderada pelos EUA é o *hardware*, então o *software* da hegemonia do seu capital financeiro é o neoliberalismo formado no Ocidente, conforme necessidades práticas e sua exportação ideológica para desmantelar as medidas de proteção das nações em desenvolvimento contra a globalização financeira dos países exportadores de capital.

O Prof. Chen Ping, da Universidade de Peking, ressalta que os EUA não somente “[...] gastam em empréstimos [...]”, mas também “[...] compram substancialmente através deles”. As divisas recebidas através da exportação por parte dos países em desenvolvimento são reinvestidas no

mercado de derivativos dos países desenvolvidos. Os bancos de investimento dos países desenvolvidos usam esse rendimento para adquirir indústrias estratégicas dos países em desenvolvimento. O gráfico mostra um estudo positivo. Abaixo da linha horizontal está o total de gastos de capital no exterior, incluindo os déficits em transações atuais e as aquisições líquidas de ativos no exterior por parte de pessoas físicas e jurídicas dos EUA. Acima da linha estão os rendimentos de capital que os EUA recebem de investidores estrangeiros. As principais fontes de financiamento incluem títulos, empréstimos ou empresas e imóveis vendidos a investidores estrangeiros. É relativamente óbvio que o dinheiro usado nas aquisições de ativos no resto do mundo é emprestado.

THOMSON REUTERS

GENERAL USE

Source: Federal Reserve System, *Flow of Funds Accounts of the United States, Table F.107*.

Printed: 03/12/2008

Como os capitais financeiros funcionam por meio de alavancagem, um alto retorno é inevitavelmente acompanhado de um alto risco. Contudo, retorno e risco são assimétricos. De acordo com estatísticas do FMI, entre 1975 e 1997, houve 289 casos de crise financeira, dos quais 73 foram em países industrializados e 216 em novos mercados. Este último número foi o triplo do primeiro. Todavia, “[...] a crise financeira em países desenvolvidos é apenas uma crise financeira. O pior é apenas uma crise econômica. Entretanto, crises financeiras em países em desenvolvimento são mais que uma crise econômica. Elas se tornariam desordem social, queda de regime e divisão nacional”. Por exemplo, já nas

crises da Europa e dos EUA, em 1934 e 1935, a China, sob o padrão prata, enfrentou uma drenagem de prata à medida que os EUA aumentavam seu preço e, portanto, atormentavam com a queda brusca do crédito. O comércio e a indústria foram atingidos em cheio. Em seguida, as autoridades foram forçadas a abolir o padrão prata e a reforma monetária fracassou. O governo, então, também fracassou em conter a desordem social causada pela crise econômica. Outro exemplo é a *Crise da Dívida* da América Latina, na década de 1970. Ela também teve sua origem no custo institucional transferido pela hegemonia monetária patrocinada pelas grandes potências. Desde a década de 1980, com o crescimento da economia simbólica, os impactos de um excesso de capital

financeiro são muito mais frequentes e letais.

Em 1996, o primeiro autor deste trabalho mostrou a regularidade dos colapsos de bolhas econômicas criadas pelo excesso de capital financeiro. Mais tarde, isso foi constatado nas crises da Ásia Oriental e América Latina. Em seguida, vimos várias bolhas estourarem, uma a uma: TI, imóveis, petróleo, alimentos e minerais. Entre 2008 e 2009, o “tsunami de Wall Street” irrompeu no coração do capital financeiro e a crise econômica global se espalhou. Assim como na primeira metade do século XX, no estágio do capital industrial, a produção excessiva e a competição nociva levaram a uma violenta explosão de conflitos no “centro”. No estágio da competição excessiva do capital financeiro alienado do capital industrial, seu parasitismo inevitavelmente leva à contradição interna e à crise econômica da periferia ao centro.

Na verdade, tudo é uma continuação no estágio do capitalismo financeiro de um sistema político concretizando a legitimação de crimes nacionais através da Paz de Westphalia, de 1648. “Ele venceu – e o mundo perdeu”.

Conclusão

Quando há crise econômica e social generalizadas, um retorno (feedback) negativo, de acordo com a Teoria da Relatividade, finalmente se acumula a ponto de estourar nos países centrais;

o que as pessoas podem testemunhar ainda é um processo empírico de constatação da hipótese deste trabalho: as nações centrais dominantes que se apropriam de ganhos institucionais irão arduamente continuar sua dependência da trajetória de transferir custos, ao invés de conscientemente reverter a polarização em funcionamento há meio século. Por um lado, o capital financeiro que se apropria dos ganhos institucionais sem uma economia física como sua base de crédito seguirá a tendência de retornar às potências nacionais e alianças de capital como fonte de crédito, formando rapidamente um leiaute institucional altamente monopolizado e intimamente inter-relacionado com os governos. Por outro lado, através de outros meios – como a dependência na dívida nacional, o aumento do suprimento de dinheiro e as barreiras comerciais, juntamente com a manipulação e intensificação das tensões nas estratégias geopolíticas – os países em desenvolvimento são forçados a aceitar o custo da transferência da crise.

Conseqüentemente, o cenário de polarização é fortalecido. A íntima relação entre capital e governo, duas entidades de alienação criadas no estágio da civilização do capitalismo, pode levar a própria humanidade a uma alienação ainda mais profunda. Os desastres causados pelos desejos descontrolados são cada vez mais transferidos para a ecologia. A disparidade nos ganhos institucionais entre países desenvolvidos e em

desenvolvimento fica cada vez pior. Os países em desenvolvimento são forçados a depender mais e mais de uma exploração que mais parece pilhagem dos recursos naturais. O custo institucional é transferido para a ecologia e o meio ambiente, que sofrem sólida e irreversível destruição. No final das contas, a natureza reagirá contra os seres humanos por meio de terríveis desastres.

O problema é: tanto faz se é um colapso de bolha financeira ou um desastre ecológico e ambiental, as comunidades menos favorecidas dos países em desenvolvimento e de outras nações acabam arcando com os custos institucionais. Essas algemas institucionais fazem com que países em desenvolvimento, embora com recursos abundantes e beneficiados por rica força de trabalho, continuem aprisionados por serem *capitalizados* no sistema econômico global.

Em comparação, a única exceção que pode desafiar a teoria da “pobreza” institucional é a China sob o sistema de “descolamento”, que gastando muito menos tempo que o Ocidente, sem recorrer à expansão colonial e com pouco investimento estrangeiro, conseguiu alcançar a acumulação primitiva para a industrialização nacional de forma independente e de modo relativo, entre 1950 e 1980. Então, sob a bandeira de abertura e reforma, caminhou para um estágio de rápida expansão de capitais industriais, principalmente através da capitalização dos recursos nacionais – um processo que durou três décadas.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. NY and London: Verso, 1994.

BEAMS, Nick. **The world crisis of capitalism and the prospects for socialism**. 2008.
<<http://www.wsws.org/articles/2008/feb2008/nbe5-f05.shtml>>.

COASE, Ronald. The Institutional Structure of Production. **American Economic Review**, v.82, n.4, p.713-719, September, 1992.

DEMSETZ, H. Toward a theory of property rights. **American Economic Review** v.57, n.2, p.347–359, 1967.

ENGERMAN, Stanley L.; GALLMAN, Robert E. ed. **The Cambridge Economic History of the United States**. Cambridge : Cambridge University Press, 1996, 2000 . Volume 1& 2.

FANG, Ning Wang Xiaodong & SONG Qiang (1999) 房宁、王小东、宋强《全球化阴影下的中国之路》，北京：中国社会科学出版社。

FRANK, André Gunder. ReOrient: the global economy. In: THE ASIAN Age. Berkeley: University of California Press, 1998.

HE, Chuan-Qi (1999) 何传启，《第二次现代化——人类文明进程的启示》，北京：高等教育出版社。

HUDSON, Michael (2008). America's

Free Lunch is Over: how should the Middle East invest its rising trade surplus?. Disponível em: <<http://michael-hudson.com/articles/fiancial/080616MiddleEastTradeSurplu s.html>>.

IMF. **World Economic Outlook**, 1998, nos. 5 & 11.

JOHNSON, Simon. The Quiet Coup. **The Atlantic**, May 2009. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/doc/200905/imf-advice>>.

KEMP, John . John Kemp Column, “图说美元升值与金融危机的干系”. 2008. Disponível em: <<http://cn.reuters.com/article/wtNews/idCNChina-3072020081205>
<https://customers.reuters.com/d/graphics/USEXTFLOWS.pdf>>.

LAROUCHE, Lyndon; WEN, Tiejun 拉鲁旭、温铁军“国际金融资本的全球性危机与中国改革”，《战略与管理》，1996年秋季号。1996.

LENIN, V. I. **Imperialism, the Highest Stage of Capitalism**. 1916. Chap. 9. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/ch09.htm>>.

LIU, Huaiyu and Wen, Tiejun 刘怀宇、温铁军“‘三来一补’验证的‘微笑曲线’”，工作论文。

ENGELS, Friedrich . **Marx-Engels Correspondence 7 October 1858**. 1858. Disponível em: <<http://trotsky.org/archive/marx/works>

[/1858/letters/58_10_07.htm](http://1858/letters/58_10_07.htm)>.

__ . **Engels' Letter to S. Schmidt, 5 August, 1890**. 1890.

Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1890/letters/90_08_05.htm>.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

PENG, Pei (2008) 彭沛“略论西方发达国家对非洲的援助”，《河南广播电视大学学报》，2008年第1期。

SACHS, Jeffrey (2008). **A Sustainable Recovery**. 2008. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/sachs147>.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1982.

STAVRIANOS, Leften Stavros. **A global history: from prehistory to the 21st Century**. 7th edition. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 1999.

STIGLITZ, Joseph. The Roaring Nineties. **The Atlantic**, October, 2002. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/doc/200210/stiglitz>>.

THE SOUTH COMMISSION (USA). **The Challenge to the South: The Report of the South Commission**. USA: Oxford University Press, 1990.

UNITED NATIONS. **Human Development Report**. 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: an Introduction**. Durham, NC: Duke University Press, 2004.

WANG, Jian (2008) 王建《货币霸权战争——虚拟资本主义世界大变局》，新华出版社。

WANG, Wen (2009) 王文“美国险些走上法西斯道路”，《环球时报》，2009-4-8（第13版）。

WANG, Xiaoqiang (2007) 王小强《投机赌博新经济》，香港大风出版社，2007年5月。

—. (2008b) “启动两头在内的经济循环”，《香港传真》。

WEN, Tiejun (1993) 温铁军，“国家资本再分配与民间资本再积累”，《新华文摘》1993年12月。

—. “从纸到纸的循环：重新认识美元主导的国际金融资本”，《北京青年报》，1999年6月。

—. 《我们到底要什么》，北京：华夏出版社，2004。

—. 《三农问题与制度变迁》，北京：中国经济出版社，2009年1月第二版。

XIANG, Songzuo (2007) 向松祚“美元霸权史”<<http://szxiang.blog.sohu.com/65340541.html>>.

YE, Chusheng (2004) 叶初升，《国际资本形成与经济发展》，北京：人民出版社。

YU, Pei Wei (2006) 于培伟“石油美元动向值得关注”，《中国经济时报》，2006-10-9。

Disponível em:
<<http://gzdaily.dayoo.com/gb/content/>

[2005-10/07/content_2246362.htm](http://gzdaily.dayoo.com/gb/content/2005-10/07/content_2246362.htm)>.

YUAN, Qingming (2005) 袁庆明《新制度经济学》，北京：中国发展出版社。

ZHENG, Qian (2008) 郑谦“动荡的西方”，《中国：从“文革”走向改革》，北京：人民出版社。